

# Prefácio

---

Vivemos hoje no Brasil um momento de grandes e importantes mudanças legislativas, inspiradas certamente no reconhecimento de que a sociedade brasileira está muito mais atenta ao exercício de sua cidadania, o que vem representado pela crescente demanda por moradia, educação, saúde, pelo respeito às suas liberdades de expressão, informação, religião, e, especialmente, pela percepção de que todo cidadão tem no Poder Judiciário um instrumento efetivo de tutela de tais direitos e liberdades.

Dentre as novas leis, destaca-se o Novo Código de Processo Civil, que veio com a promessa de tornar a realização concreta do direito material mais célere, tanto assim que enfatiza e estimula os meios alternativos de solução de conflitos, como fórmula de diminuição de sua excessiva judicialização, que em muito contribui para a demora na entrega da prestação jurisdicional, dando à população a ideia equivocada de um Poder Judiciário ineficiente.

Temos ainda novos entendimentos lançados tanto pela doutrina como pela jurisprudência sobre temas que há muito têm desafiado os profissionais do Direito na busca por uma resposta jurídica adequada aos novos tempos e aos novos embates, exigindo grande reflexão e aprofundamento acadêmico.

Assim, é de fato relevante que a comunidade jurídica seja alimentada com estudos de qualidade acerca dessa nossa nova ferramenta de trabalho, isto é, o Novo CPC, e sobre as matérias que vêm ganhando espaço nos tribunais. A atualização e a pesquisa não podem sair da pauta dos advogados, juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, procuradores, enfim, dos operadores do Direito; e é exatamente isso que encontramos neste exemplar, como se pode conferir dos artigos que compõem esta Revista, que enfrentam questões pungentes, tais como a positivação dos princípios pelo novo Código de Processo Civil e o julgamento antecipado parcial com ou sem resolução do mérito, sendo este último uma das grandes novidades do novo Códex Processual.

Como contribuição acadêmica na práxis processual, tanto no âmbito civil como no penal, este volume nos contempla, ainda, com significativo estudo sobre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11340/06, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, tema por demais caro nos dias atuais.

Destaca-se, ainda, a importante reflexão sobre a multipropriedade imobiliária, matéria que sempre gera muitas indagações, sobretudo em um Estado com severos problemas de moradia, numerosas disputas possessórias, envolvendo conflito entre lei e justiça social, demandando soluções desafiadoras no campo jurídico.

A preocupação com a administração da coisa pública não foi esquecida, porquanto foi enfrentada sob o prisma da necessidade, ou não, de se estabelecer um litisconsórcio necessário na ação anulatória de deliberação de aprovação de contas sem ressalvas, nela fazendo integrar o administrador, inquietação cada vez mais viva, a partir da compreensão da importância de se realizar efetivo controle da atuação dos agentes públicos.

O direito regulatório também mereceu um capítulo neste exemplar, ainda que sob a perspectiva processual, como franco reconhecimento de que se cuida de ramo do direito cada vez mais presente no cotidiano, considerando a sua função de controle e regulação de áreas fundamentais para o cidadão, como é o caso da saúde, das concessões no âmbito da energia, transporte e comunicação, dentre outras.

O direito comparado foi igualmente abordado, trazendo como contribuição a realidade da mediação civil e comercial na Itália, que serve de inspiração e de paradigma a ser utilizado como instrumento de aperfeiçoamento dessa forma de solução de conflitos entre nós.

A preocupação com o crime organizado e sua relação com a política externa e controle fronteiras é tema também analisado por um dos trabalhos que compõem esta publicação, demonstrando a atualidade dos assuntos trazidos a debate.

Encerra-se o volume com a substancial reflexão sobre o garantismo, matéria altamente controvertida nos dias de hoje, envolvendo a aplicação do direito penal e processual penal, colocando em evidência duas visões do garantismo penal, quais sejam, o garantismo penal integral e o garantismo hiperbólico monocular.

A profundidade e atualidade das questões trazidas pelos autores bem demonstram a excelente qualidade da presente publicação, indispensável na estante daqueles que buscam pensar e refletir o Direito nas suas variadas vertentes.

**JACQUELINE LIMA MONTENEGRO**

Desembargadora do TJ-RJ